

ESTRATÉGIAS ANTIRRACISTAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAR PARA RESISTIR

SANTOS, Jhemylli Aline
Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional UNINTER

RODRIGUES, Maria Emília
Orientadora convidada

RESUMO

Este artigo tem como intuito estudar por meio de revisão bibliográfica, estratégias antirracistas para serem aplicadas na educação infantil. A metodologia utilizada será qualitativa, com base em levantamentos bibliográficos, no qual a pesquisa será realizada por meio de variadas fontes de informação como livros, artigos, teses, dissertações e sites especializados. Ao longo da pesquisa e partindo do contexto histórico do racismo no Brasil serão abordadas iniciativas que o corpo docente poderá tomar para garantir que a formação social e identitária dos alunos ocorra de maneira positiva, valorizando a diversidade ali presente, com o objetivo de ressaltar a importância do uso de materiais didáticos atualizados e representativos, enfatizando a necessidade da construção de uma educação emancipatória e decolonial. A educação infantil é a primeira fase da educação básica e é a fase em que as crianças aprendem a se reconhecerem, reconhecerem o outro e reconhecerem-se como participantes de um grupo diverso, portanto, é essencial estabelecer uma educação antirracista neste período. As estratégias foram separadas por campos de experiências, como recomenda a BNCC. A pesquisa aborda uma reflexão de práticas pedagógicas antirracistas que devem ser utilizadas em sala de aula visando maior representatividade e valorização da cultura afro-brasileira por meio de atividades rotineiras da Educação infantil. Existem várias ações que podem ser utilizadas em sala de aula para desmistificar os preconceitos enraizados historicamente, beneficiando não só os alunos, mas também a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Campos de experiências; Educação antirracista; Representatividade.

1. Introdução

O acolhimento e a representatividade de crianças pretas e pardas na escola pública é importante para a construção de um ambiente livre de racismo. A identidade da criança se constrói a partir das relações que ela estabelece com o meio social, e o ambiente escolar exerce um papel fundamental nessa construção. De acordo com a pesquisadora Fabrícia Medeiros “o efeito dos preconceitos sofridos por uma criança interferem diretamente na sua formação identitária, em sua autoestima e conseqüentemente em sua aprendizagem e relações humanas que estabelecerá ao longo de sua vida” (MEDEIROS, 2020, p. 01).

Durante a minha trajetória escolar, pouco se via um protagonista de uma história, um artista, um pesquisador etc. serem pessoas pretas e pardas, geralmente só eram retratados de uma maneira pejorativa e só eram lembrados no cenário da escravidão. Discutir como as práticas pedagógicas e o contexto escolar afetam diretamente na valorização do protagonismo negro, na autoestima e na formação da identidade dessas crianças é de extrema relevância para que conheçam suas origens, se sintam acolhidas, representadas, empoderadas e convivam em um ambiente sem preconceitos.

Tendo isso em vista e, levando em consideração as especificidades da socialização da criança preta, será dialogada ao longo do artigo iniciativas que o corpo escolar poderia tomar para que a formação social e identitária dos alunos ocorra de maneira positiva e valorizando a diversidade ali presente, com o objetivo de ressaltar a importância do uso de materiais didáticos atualizados e representativos, analisar como a prática pedagógica pode afetar a autoestima e a aprendizagem desses alunos e verificar o Estado da Arte em relação à preparação das escolas (professores e funcionários) ao trabalhar com essas crianças.

A escola possui papéis essenciais na formação dos alunos, sendo eles a democratização do conhecimento e a formação social. No Brasil, a lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 1996) mas geralmente ela só é lembrada em datas comemorativas e de maneira superficial. Assim, surge a necessidade de rever as práticas pedagógicas e a maneira

como esse assunto é abordado diariamente, devendo, inclusive, ser pautado no planejamento do ano letivo das escolas.

Além de pensarmos na representatividade e construção da autoestima da criança negra, também devemos nos preocupar em como extinguir o racismo no ambiente escolar, que deveria ser um local de acolhimento e segurança, mas nem sempre é. Segundo CRUZ (2021) é na escola que acontecem as primeiras experiências de racismo, “pesquisas apontam que piadas, brincadeiras, xingamentos e apelidos pejorativos de cunho racial são os casos de racismo mais presentes no ambiente escolar” (CRUZ, 2021, p.01) e também reflete na sociedade em que vivemos. Dados do IBGE apontam que:

Pretos ou pardos são mais atingidos pela violência. Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios dos pretos ou pardos superou a dos brancos. A taxa de homicídios para pretos ou pardos de 15 a 29 anos chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 para brancos. Para os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa foi 185,0. (IBGE, 2017, p. 01)

Para Santos (2016) a educação antirracista ajuda na valorização da individualidade e da trajetória dos diferentes povos que formam um país, em vez de tomar a visão do colonizador como a dominante, tendo como objetivo promover o sentimento de pertencimento dos negros no espaço escolar.

“É uma valorização da diversidade, daquilo que distingue os grupos raciais, mas não os hierarquiza... Uma Educação antirracista é aquela que entende que vivemos em uma sociedade racista, em que as relações entre as pessoas são pautadas também a partir do lugar social e racial que elas ocupam, e se preocupa em preparar indivíduos que possam se colocar contra esse sistema, gerador de maior desigualdade”. (SANTOS, 2016, p. 01)

Assim se dá a importância de utilizar estratégias antirracistas na educação infantil, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa com base em levantamentos bibliográficos serão abordados neste artigo propostas atividades pedagógicas que podem ser aplicadas nos anos iniciais, auxiliando o docente a adotar uma abordagem antirracista na sua prática.

2. Metodologia

A metodologia utilizada será qualitativa, com base em levantamentos bibliográficos, no qual a pesquisa será realizada por meio de variadas fontes de

informação como livros, artigos, teses, dissertações e sites especializados. Serão analisadas e discutidas as teorias e pesquisas de autores que abordam o tema da educação antirracista.

Gil (2002) define pesquisa bibliográfica como aquela que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Além disso, o autor ressalta que em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos, como no caso deste artigo que necessita contextualizar historicamente o racismo no Brasil, para que deste modo, possa-se pensar em práticas para reparar erros históricos.

Para Ludke (1986) na pesquisa qualitativa um processo essencial é a observação, mas a compreensão de cada pesquisador depende de sua bagagem cultural, predileções, formação e grupo social no qual está inserido.

“A observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens.” (LUDKE, 1986, p. 26)

Portanto, por meio de experiências e conhecimentos pessoais o observador direciona a sua pesquisa com base na sua interpretação e compreensão do que está sendo estudado.

3. Histórico do racismo no Brasil

O racismo no Brasil é um problema histórico, proveniente da colonização portuguesa (1530 - 1822) que tinha como objetivo a expansão do comércio e do território, a busca por matéria-prima e mão-de-obra, e a propagação do catolicismo. Com a chegada da coroa portuguesa ao Brasil, surge a necessidade de mão de obra para trabalhar nas províncias recém-dominadas, logo, Portugal recorreu ao continente Africano, uma vez que pessoas pretas eram vistas, pelos colonizadores, como mercadoria por serem mais eficientes e mais baratas. Esse processo ocorreu com povos de diversas etnias que eram vistos como inferiores, já que havia muita dificuldade em escravizar povos nativos. Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a lei Nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil (BRASIL, 1888), no entanto a lei não oferecia nenhuma assistência

aos escravos, que por terem poucas opções, ou nenhuma, continuaram a trabalhar para os seus senhores para terem como sobreviver, e a outra parcela dos recém libertos passaram a habitar na periferia e recorrer a subempregos.

Ao discutir o racismo no Brasil, é necessário compreender que é um problema estrutural com resquícios da escravidão, proveniente de um sistema que impossibilitou o acesso a direitos básicos à população preta, como cita Cabral

Os negros nascidos fora do Brasil, embora libertos, não eram cidadãos. Ora, o africano, ao ser escravizado, não optava por seu destino. A constituição do Império de 1824 que negava a cidadania aos africanos, também estabelecia que a educação era um direito de todos os cidadãos, vetando o ingresso das pessoas pretas escravizadas nas escolas (CABRAL, 1974, p.70)

A libertação não trouxe garantias fundamentais aos libertos, como o ingresso ao mercado de trabalho, direito à saúde, educação e moradia, sendo assim, esse histórico de país colonizado reflete-se no racismo estrutural presente na sociedade atual, considerando que racismo estrutural

É um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas. (PINTO, 2020, p.01)

Andrade (2020), defende que todo o racismo é estrutural porque o racismo não é um ato, o racismo é processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente, e pressupõe também que essa desigualdade orienta e conduz, até os dias de hoje, as relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país. Esse cenário se retrata através de alguns dados, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2020 que afirma que a extrema pobreza atingiu 7,4% dos pretos e pardos, enquanto a pobreza foi presente na vida de 31% desta população e já entre os brancos, o indicador marcou 3,5% e 15,1%, respectivamente. Na educação o cenário é parecido, já que de acordo com o IBGE (2019) 57% das pessoas que concluíram o ensino médio eram brancas, e somente 41,8% eram pretas e pardas. Este número aumenta se for analisar todas as etapas da educação básica, entre as 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 10,1 milhões (20,2%) deixaram a escola, dos quais 71,7% eram pretos ou pardos.

Em 1996 foi aprovada a lei Nº 9.394, que prescreve em seu artigo 26 a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira, nos níveis fundamental e médio, sendo modificada em 2003 pela lei Nº 10.639 que acrescenta os seguintes parágrafos:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Em 2008, a lei sofreu uma nova alteração decorrente da lei nº 11.645, tornando obrigatório, além do ensino da história e cultura afro-brasileira, o estudo da cultura e história indígena (BRASIL, 2008), sendo uma medida reparativa para todos os anos que o ensino sobre esses povos foi negligenciado ou abordado superficialmente. Em 2012, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a lei Nº 12.711 que dispõe em seu artigo 3º que:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

As cotas raciais são ações afirmativas que visam inserir pessoas pretas e pardas na universidade e em cargos públicos, a fim de oferecer oportunidades para grupos minoritários que foram prejudicados historicamente, corrigindo a desigualdade étnica e socioeconômica. Com a promulgação da lei 12.711, segundo a reportagem escrita por Costa, veiculada no site Agência Brasil¹ (2020), de acordo com os dados do IBGE, entre 2010 e 2019, o número de alunos pretos e pardos no ensino superior cresceu quase 400%, chegando a 38,15% do total de matriculados, ainda abaixo de 56% que representa o percentual de pretos e pardos na população brasileira. Ainda que tenha apresentado grandes avanços durante o período que esteve em vigor, é importante viabilizar a manutenção e a garantia desta lei para atingir a equidade racial nas universidades.

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>.

Considerando todos os dados e histórico do racismo no Brasil, se faz necessário afirmar o compromisso que a escola tem com a comunidade e com os estudantes de garantir que todos tenham o direito de aprender e ampliar o seu conhecimento, para que tenham a possibilidade de se tornarem pessoas que não neguem a si mesmos, sua identidade e sua cultura, e possam se enxergar na história como agente construtor da nação. Portanto, os professores e funcionários não devem apenas trabalharem uma proposta antirracista, mas devem ter uma formação de qualidade, para que com isso possam atrelar os materiais adequados com uma proposta pedagógica que seja de fato efetiva.

A educação e a prática pedagógica são práxis sociais, portanto “comprometem-se com um entendimento de sociedade, apoiam-se nitidamente em um entendimento de sujeitos aprendentes e, ao mesmo tempo, partem da realidade destes para se refazerem” (SOUSA, 2022). Partindo do contexto histórico do racismo no Brasil nota-se a necessidade da construção de uma educação emancipatória e decolonial, mas é um processo vagaroso e com vários estágios, sendo um deles a formação de professores na perspectiva antirracista e desconstrução da educação colonialista. De acordo com Pimenta (1999) em relação à formação inicial, pesquisas apontam que os cursos de formação ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e estágios distantes da realidade escolar, focado apenas na parte burocrática, não deixa espaço para a reflexão da prática social de educar, no entanto, o profissional docente que não reflete sobre a sua prática e sobre o contexto escolar no qual o aluno está inserido dificilmente estará apto a modificar um protótipo acometido pelo racismo.

Ainda como prática social, a educação escolar precisa cumprir a função ressignificadora de si, de suas práticas para servir de espaço/tempo de construção de oportunidades para repensar a sociedade, para quebrar com as amarras sociais do imobilismo e para gestar a transformação social. Assim, precisamos contribuir com a mediação de saberes a serem construídos na vida concreta dos indivíduos, dos grupos e dos coletivos, dos movimentos sociais, igualmente como conhecimento escolar. A nosso ver, esse posicionamento se torna viável quando praticamos a visão de unidade entre teoria e prática na formação docente e, desse modo, poderemos pensar em uma Educação Antirracista. (SOUSA, 2022, p. 10)

Portanto, para que a criança seja acolhida é necessário o respeito a sua cultura e a sua imagem, mas constantemente as crianças negras não recebem o mesmo acolhimento

destinado a crianças brancas. Neste caso, é importante que o cuidar e o educar sejam pautados na formação de professores para que sejam capazes de refletir sobre a sua prática atenciosamente, revendo comportamentos que possam ser racistas e deixando de reproduzir estereótipos do racismo estrutural.

3.1 Estratégias Pedagógicas Antirracistas Na Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, fase essencial para o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos, tendo em vista que ela engloba aspectos emocionais, intelectuais, motores e sociais, além de ser determinante na construção de conceitos. Estabelecer uma educação antirracista nos primeiros anos escolares é essencial, visto que, é nesta fase em que as crianças aprendem a se reconhecerem, reconhecer o outro e reconhecerem-se como participantes de um grupo diverso. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil e entre eles estão alguns preceitos essenciais na construção de uma educação antirracista, como:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC, 2017, p. 40)

Ainda de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p. 27) para a primeira etapa da educação básica são recomendados alguns campos de experiência, nas quais as práticas ocorrem com intencionalidade, considerando que as crianças aprendem a partir de experiências diversificadas. São eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, Gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

3.1.1 Campos de experiências na Educação Antirracista

O eu, o outro e o nós

Por meio da interação social com os pais, familiares e outras crianças a criança passa por experiências de identificação pessoal e percebe-se como um ser que tem seus

próprios interesses, percepções e desejos, reconhecendo o “eu” e a partir disso também considera o “outro” que tem desejos e interesses, tomando consciência do “nós”, um grupo plural que tem cultura e costumes semelhantes e diferentes dos seus. Dentro deste campo de experiência França (2021) recomenda algumas atividades, sendo elas:

- Explorar brinquedos, livros e imagens que expressem a variedade étnica, como bonecas e super-heróis negros;
- Ter acesso a exemplos históricos positivos de origem étnica negra;
- Participar de oficinas e projetos que valorizem traços étnicos da criança negra, como o cabelo crespo; Fabricar Abayomis e bonecas de pano pretas;
- Aprender sobre estética preta através de turbantes e tranças;
- Conhecer características de diferentes culturas e etnias de origem africana.

Além disso, nesse campo de experiência é importante trabalhar a questão do autorretrato com o objetivo de provocar nas crianças a percepção de que somos uns diferentes dos outros e enfatizar a necessidade de respeitar essas diferenças, sejam elas físicas, religiosas, sociais, culturais etc. O autorretrato também ajuda as crianças a definirem as suas identidades, possibilitando o reconhecimento das suas individualidades e características, valorizando seu modo de ser e estar no mundo.

3.1.2 Corpo, gestos e movimentos

Segundo Bertoni (2021) com o corpo, através dos gestos e movimentos, sejam eles impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos, as crianças exploram o mundo, o espaço e os objetos, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o mundo, sobre o universo social e cultural. Movimentando-se, descobrem variados modos de ocupação e uso do espaço. O ato de brincar na Educação Infantil contribui para que a criança se desenvolva em sua totalidade, englobando habilidades psicomotoras, físicas, emocionais, sociais, afetivas e cognitivas. Segundo Vygotsky (1998, p. 17 apud Pacheco, 2021, p.3), "quando se brinca, o ser humano cria, inova, deixa fluir sua capacidade e liberdade de inventar novas maneiras para progredir e resolver problemas circunstanciais".

Vale enfatizar, que a aplicação de brincadeiras e jogos são práticas naturais da infância, que traz vantagens, pois é por meio da brincadeira que a criança experimenta seu corpo, sua imaginação e curiosidade, bem como, aprende a lidar com as diversas situações do mundo. A brincadeira é um elemento propulsor de desenvolvimento, já que o ato de brincar possibilita os recursos de

aprender fazendo, sem imposição ou pressão, sem medo de errar, mas por prazer e interesse de poder conhecer. (ANDRADE, 2021, p. 01)

Atrelando a importância do brincar com a necessidade de combater o racismo e valorizar a cultura afro-brasileira, podemos inserir brincadeiras e jogos de origem africana no cotidiano dessas crianças, o que provavelmente já ocorre, mas sem a contextualização da brincadeira. A Paixão (2021) cita no artigo “Brinquedos e brincadeiras: uma influência da África em nosso cotidiano” alguns exemplos de brincadeiras de origem africana, são elas:

Amarelinha africana: é uma brincadeira ritmada que teve origem em Moçambique, ele segue uma constância de movimentos e acompanhamentos musicais que demarcam seu ritmo, sendo que o ritmo também pode ser marcado a partir de palmas ou de cantos realizados pelos participantes. Além de trabalhar habilidades psicomotoras da criança, como equilíbrio, motricidade, noção de espaço-tempo etc. também pode-se trabalhar os aspectos culturais que circundam esta brincadeira e ressaltar a origem e contexto histórico da brincadeira para que ela seja significativa na aprendizagem dos alunos, sendo recomendada para os anos finais da educação infantil.

Terra-mar: Para iniciar, deve-se riscar uma longa reta no chão dividindo o lado da terra e o outro lado é o mar. Inicia com todas as crianças do lado terra. Ao falar "mar", todas saltam ao mesmo tempo para o lado mar. Ao falar terra, voltam para o lado terra. E assim sucessivamente. Quem pular para o lado errado, sai da brincadeira e o último a sair vence.

Boca de forno: Essa brincadeira teve origem na Guiné, nela uma criança é escolhida para ser o líder e as outras serão os seus liderados. A criança líder, deverá fazer pedidos aos liderados, os quais, podem ser à busca de objetos ou desafios. O liderado que não conseguir cumprir o que foi solicitado, deverá pagar uma prenda. Aqui no Brasil essa brincadeira é conhecida como “Seu mestre mandou”.

Bambolê: O brinquedo é utilizado para rolar em partes do próprio corpo, como a cintura, pescoço, braços etc. Há diversas possibilidades para este brinquedo, podendo ser usado por diversão ou como atividade esportiva, e trabalha a psicomotricidade das crianças.

Escravos de Jó: Essa brincadeira além de trabalhar lateralidade, agilidade, coordenação motora, ritmo e a concentração, também tem a parte da musicalização que torna a brincadeira ainda mais divertida para as crianças. Ela possui diversas variações, podendo ser realizada com algum objeto, com bambolês, com cabos de vassoura etc., podendo ser adaptada de acordo com a faixa-etária. Do jeito mais comum, será necessário formar uma roda e cada pessoa precisará de um objeto, ao iniciar a música o objeto deverá ser passado para o lado esquerdo seguindo o ritmo e os comandos da música.

Esses são alguns exemplos de brinquedos e brincadeiras de origem africana que podem ser realizadas em turmas de educação infantil, mas de maneira contextualizada para que se torne significativa.

3.1.3 Traços, sons, cores e formas

Nesse contexto é essencial que a criança tenha contato com a arte e cultura afro-brasileira e que ocorra o estímulo à expressão artística da criança, como cita a autora Bertoni:

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas locais e universais no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivência de formas diversas de expressão, de diferentes linguagens e de suas próprias produções artísticas, desenvolver o senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade. (Bertoni, 2021. p. 01)

Segundo a BNCC (2017), a música inserida no ambiente escolar ativa também outras funções da criança, como linguagem, criatividade, raciocínio, sendo realizada em sala de forma prazerosa, transformando o ambiente propício para várias aprendizagens. Portanto, ao trabalhar a educação antirracista dentro do campo de experiência “Traço, sons, cores e formas” podemos utilizar instrumentos de origem africana e afro-brasileira, como: o atabaque, caxixi, tambores, berimbau, agogô, reco-reco, chocalho etc. Para as RCNEI (Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil) as atividades de artes visuais na educação infantil envolvem desenho, pintura, colagem, gravura, escultura etc. Para a valorização dessas artes e da cultura afro-brasileira podemos trabalhar elementos como artistas pretos, obras, movimentos artísticos, materiais utilizados, entre outras possibilidades.

3.1.4 Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

Na Educação Infantil devemos apresentar aos alunos a magnitude da cultura afro-brasileira com o que é realmente significativo para a faixa etária, como por exemplo, leitura de livros com protagonistas pretos, nos quais as princesas e príncipes sejam pretos, heróis e heroínas pretos e até personagens comuns que possam promover a identificação e representatividade, e para que as crianças brancas possam admirá-los também. O livro “O pequeno Príncipe Preto” de Rodrigo França, 2020, inspirado pelo clássico “O Pequeno Príncipe” surgiu da necessidade de colocar uma criança preta como protagonista e da importância de valorizarmos quem somos e de onde viemos. No conto, O Pequeno Príncipe Preto vive em um minúsculo planeta com a sua única companheira, uma árvore Baobá e quando chegam as ventanias ele viaja por diferentes planetas nos dando uma verdadeira lição sobre amor e empatia.

O Pequeno Príncipe Preto adora sua aparência e todos os aspectos físicos do seu corpo. Adora a cor da sua pele, destaca suas características com orgulho, dizendo que sua boca é grande e carnuda, que seu sorriso é lindo e tem um nariz de batata. Relata que seus olhos são da cor da noite, e que existem olhos claros, mas que prefere o dele, escuros, lindos como a noite. Fala também que seu cabelo é ruim, mas não faz mal pra ninguém. O menino curioso, aventureiro, busca respostas para seus questionamentos, principalmente em relação a ressignificação de valores, cativar o outro, autoamor e do autocuidado com o próximo. (ÁVILA, 2020, p. 13)

Sendo assim, esta obra além de exaltar as características físicas da pessoa preta e valorizar um mundo diverso e pluralista, nos traz exemplificações positivas para as crianças da Educação Infantil. O livro “Menina Bonita do Laço de Fita” de Ana Maria Machado, tem como personagem central uma menina preta e um coelho branquinho que possuía uma grande admiração pela beleza dela. A menina detinha olhos brilhantes que pareciam duas azeitonas pretas, pele escura e lustrosa, cabelos enroladinhos e bem negros, com laços de fitas coloridas para enfeitá-los. Por isso, o coelho sonhava em ter uma filha pretinha, tão linda quanto a menina e começou a questioná-la do que fazer para ficar da cor dela. A menina por não saber o que responder inventou diversas histórias, que tomou muito café, caiu em um balde de tinta e que comeu muitas ameixas, e o coelho por sua vez tentava todas as opções e não tinha sucesso. A menina, cansada disso tudo decidiu perguntar a sua mãe, que disse que isso era arte de sua avó que também era preta, e assim perceberam que eram semelhantes às suas famílias e que para ter uma

filha pretinha o coelho precisaria casar-se com uma coelha da cor preta, o que acontece logo em seguida, e o coelho tem filhos de várias cores, inclusive a filha pretinha que encantava a todos por onde passava. Essa história infantil é uma ótima forma de abordar temas ligados ao respeito e valorização da diferença e combate ao racismo na infância, visto que, valoriza os traços, a cor e a ancestralidade da menina do laço de fita e há um grande leque de possibilidades ao se trabalhar a literatura na educação infantil. Os livros citados acima são apenas alguns exemplos, de muitos materiais que podem ser utilizados como apoio na construção de uma educação antirracista na educação infantil.

3. 1. 5 Espaços, Tempos, Quantidades, Relações E Transformações

Nesse campo de experiências pode-se trabalhar a questão de território, o que costuma ser desafiador na educação infantil, exigindo uma abordagem mais lúdica e concreta. Em uma proposta antirracista, os professores podem junto aos alunos “Identificar e demarcar eventuais territórios com tais ancestralidades na rua, no bairro ou na cidade pode, por exemplo, contribuir para que ela reconheça a presença desses grupos em seu contexto e estabeleça com eles uma relação fluida e desmistificada.” (Schneider, 2021, p. 112). Além disso, ao realizar contações de história o professor pode ressaltar sobre o local onde o personagem está inserido, realizando a contextualização do território onde ocorre a narrativa.

Existem diversas práticas pedagógicas antirracistas que podem ser aplicadas em turmas de educação infantil, com o intuito de valorizar e respeitar a cultura afro-brasileira, promover a identificação e representatividade e para desmistificar o preconceito enraizado historicamente, beneficiando não só os alunos, mas também a sociedade e gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou a temática “Estratégias Antirracistas Para a Educação Infantil” buscando apresentar uma perspectiva antirracista para as práticas pedagógicas nos anos iniciais da educação básica. O histórico do racismo no Brasil inicia-se no período da escravidão, quando o país foi invadido e colonizado por portugueses, tornando-se um problema estrutural que impossibilitou o acesso a direitos básicos à população preta, como a educação. Progressivamente surgiram leis com o intuito de restabelecer a

valorização da cultura afro-brasileira e corrigir a imagem pejorativa que foi atribuída a pessoas pretas, que durante muito tempo foram retratadas em livros somente como escravos. Portanto estas leis não se tornam efetivas se não forem atreladas a estratégias antirracistas nas escolas que sejam significativas.

Em virtude dos fatos mencionados, se faz necessário afirmar o compromisso que a escola tem com a comunidade e com os estudantes de garantir que todos tenham o direito de aprender e ampliar o seu conhecimento, para que tenham a possibilidade de se tornarem pessoas que não neguem a si mesmos, sua identidade e sua cultura. Dessa forma, buscar por ações antirracistas na educação infantil é assumir uma postura reparadora e de desconstrução, que trará benefícios a essa geração e gerações futuras. Na educação infantil é quando as crianças se conscientizam que fazem parte de um grupo diverso, portanto nesta fase é indispensável que aprendam a respeitar o que é diferente do habitual e que entendam sobre a sua ancestralidade.

Trabalhar sobre a cultura afro-brasileira através da literatura, musicalização, artesanato, danças, jogos e brincadeiras é uma forma lúdica de promover a representatividade, aumentando a autoestima de crianças pretas e fazendo com que se sintam acolhidas. Bem como, um jeito de extinguir o preconceito racial que permeia nas escolas, e conseqüentemente, na sociedade. Por educação antirracista ainda ser um tema contemporâneo e que não recebe o destaque que necessita, a pesquisa possui uma possibilidade de ampliação, considerando que existem incontáveis estratégias que podem ser aplicadas em sala de aula, para que cada vez mais este estereótipo racista seja desconstruído e para que a educação seja finalmente descolonizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Núcleo de Promoção de Igualdade Racial. **Ministério Público do Estado do Paraná**. Disponível em: <<https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Racismo>> Acesso em 21/06/2023.

ANDRADE, T.; SANDES, C.; OLIVEIRA, R. Contextos lúdicos: o sentido real de aprender brincando. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 19, 25 de maio de 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/contextos-ludicos-o-sentido-real-de-aprender-brincando>> Acesso em: 25/03/2023.

ÁVILA, Livia. **O Pequeno Príncipe Preto: Contribuição Da Literatura Infantil Para a Educação Antirracista**. 2020. p. 1-24. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - português). Universidade Federal do Pampa. Rio Grande do Sul. 2020.

BRASIL, **LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1888.

BRASIL, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL, **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL, **LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL, **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, Paulo. O negro e a constituição de 1824. **Revista de informação legislativa**. v. 11, n. 41, p. 69-74. 1974. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180818>> Acesso em: 11/04/2023.

COSTA, Gilberto. Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual. **Agência Brasil**. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>> Acesso em: 13/06/2023.

CRUZ, Ana Cristina. **É na escola que acontecem as primeiras experiências de racismo**. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/e-na-escola-que-acontecem-as-primeiras-experiencias-de-racismo/>> Acesso em: 17/03/2023.

FRANÇA, Débora. O brincar do quintal e do Terreiro. **Periferia**. v. 13, n. 3, p. 140-154, dezembro de 2021. Disponível em:

<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/contextos-ludicos-o-sentido-real-de-aprender-brincando>> Acesso em: 15/07/2023.

FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro - RJ. Editora Nova Fronteira, 1º edição. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora ATLAS. p.1-176. 2002.

IBGE. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas a desigualdade em relação aos brancos permanece**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece.html>> Acesso em: 25/05/2023.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Fabrícia. **Boas práticas pedagógicas podem melhorar a autoestima de crianças negras**. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/boas-praticas-pedagogicas-podem-melhorar-autoestima-de-criancas-negras-diz-pesquisadora-da-ufpb>> Acesso em: 14/03/2023.

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo - SP. Editora Ática, 9º edição. 1996.

PACHECO, M; Cavalcante, P; Santiago, R. A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil. **Ensino em perspectivas**. Fortaleza-CE. p. 1-11. 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>> Acesso em: 18/04/2023.

PAIXÃO, Amarelinha. **Brinquedos e brincadeiras: Uma influência de África em nosso cotidiano**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).

PINTO, Walber. Saiba o que é racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil. **Central única dos Trabalhadores**. 2020. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d>> Acesso em: 29/05/2023.

SCHNEIDER, Carolina; SCHNEIDER, Fernanda. Escola Para Todos: Promovendo Uma Educação Antirracista. **Fundação telefônica Vivo**. São Paulo - SP. p.1-227. 2021. Disponível em: <<https://fundacaotelefonicavivo.org.br/wp->

content/uploads/pdfs/FL_0032_21%20ESCOLAS_CONECTADAS%20Interativo%20Alta.pdf>
Acesso em 21/06/2023.

SOUSA, F. R. S.; SOUSA, L. S.; CARVALHO, H. de S.; SILVEIRA, F. M. da. **Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social.** Práxis Educativa, v. 17, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19366>. Acesso em: 17/07/2023.